

26 de Janeiro de 2010

O TRIÂNGULO OCIDENTAL

por Mário Soares

Várias Fundações, portuguesas e espanholas organizaram um colóquio na Gulbenkian, na semana passada, para reflectirem sobre o aprofundamento das relações entre a Ibero-América e a União Europeia (com especial destaque para os dois Estados peninsulares), no intervalo das Cimeiras de Chefes de Estado, de ambos os lados do Atlântico. A primeira, teve lugar no Estoril, há poucos meses; e a segunda, realizar-se-á em Maio próximo, em Madrid. Foi um encontro interessante, presidido pelo Prof. Ernâni Lopes, com o seu habitual dinamismo – e em plena forma física e intelectual – em que tive a honra de participar com uma intervenção inicial. Carlos Solchaga, o outro co-presidente, não pôde comparecer, impedido por um ligeiro incómodo de saúde.

A União Europeia, no seu conjunto, demasiado centrada sobre os seus problemas internos, não compreendeu ainda, em toda a sua extensão, a importância que tem, para ela própria, estreitar laços de conhecimento e de interesses recíprocos, com a Ibero-América. A sensibilidade de Espanha e Portugal, para tal problemática é, naturalmente, muito maior. Na Ibero-América estão as suas raízes culturais, históricas e linguísticas. Por isso, têm o dever, do meu ponto de vista, de definir políticas convergentes, no sentido de influenciar e desafiar a União para uma aproximação com a Ibero-América. Porquê? Porque a Ibero-América, além do mais, faz parte do Ocidente – e num mundo cada vez mais marcado pelo plurilateralismo – tem recursos naturais e humanos extremamente importantes, pela sua criatividade e riqueza intrínseca.

Num momento em que Barack Obama está a tentar mudar a América, retomando o pioneirismo e o humanismo tipicamente americanos, o reforço do triângulo atlântico – América do Norte, Europa, Ibero-América – tem um incontroverso valor. Tanto mais importante quanto importa perceber que a Ibero-América não é um conjunto homogéneo de países. Está a ponto de se dividir por razões ideológicas, que entravam o conjunto e, por isso, podem e devem ser secundarizadas no interesse de todos os Estados-membros.

Barack Obama procurou estender a mão a Cuba e à Ibero-América, na base de igualdade, o que teria um significado de grande importância. Mas, até agora, não concretizou esse anunciado objectivo. É pena, porque o bloqueio a Cuba evenenou as relações entre as duas Américas, sem nada trazer em troca. Representa tão só uma cedência aos lobbies instalados em Miami.

Perante a tragédia do Haiti – a que se seguiu o caos, os gangs criminosos à solta e se manifestou a pobreza endémica de uma nação, só explicável, nas Caraíbas, por maus governos e pela corrupção generalizada – os Estados Unidos acudiram prontamente, no plano humanitário e da ordem pública, embora não fossem compreendidos por franceses (o Haiti é uma antiga colónia francesa), brasileiros e venezuelanos. Mas a verdade é que num país destruído como o Haiti, pobre e sem horizontes, como escreveu Sousa Tavares, a América voltou a ser a “nação indispensável”, retomando uma velha frase de Madeleine Albright.

Lembre-mos, no entanto, que, durante os mandatos de Bush – que envolveram os Estados Unidos em três guerras, sem sentido: Afeganistão, Iraque e contra o terrorismo, sem sequer saber onde se situava e o que era a Al Qaeda, fora os outros conflitos contra os países do “eixo do mal” – a Ibero-América, deixou de ser o “pátio interior” dos Estados Unidos. E, creio, não voltará a sê-lo para benefício do triângulo ocidental acima referido.

Mas, atenção, a China não está desinteressada da Ibero-América. Bem pelo contrário. O Brasil, o Perú e outros Estados, em menor escala, que o digam...

Obama, uma nova fase.

A derrota que sofreu em Massachusetts, foi um sério e importante aviso. Os republicanos não dormem... Mas, reconhecemo-lo, Obama reagiu em força e rapidamente. Primeiro criticando duramente a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que pôs fim aos limites que, até agora, eram impostos às dádivas das empresas aos Partidos, para as suas campanhas eleitorais. A limitação, que vem do tempo de Roosevelt, destinava-se a evitar que os grandes lobbies, com o peso do dinheiro, influíssem ou condicionassem, pela propaganda, o sentido do voto dos eleitores. Com razão!

Barack Obama disse (cito): “Esta decisão abre as portas para a entrada de quantias ilimitadas de dinheiro vindo dos grandes interesses para influenciar os Partidos”, que as recebem. É, com efeito, um modo perigoso de transformar a democracia numa verdadeira plutocracia...

Depois, reagiu – e de que maneira! – aos grandes interesses que os bancos voltaram a receber, no último trimestre de 2009, utilizando fundos especulativos e paraísos fiscais, que foram os causadores da actual crise global. Como foi isso possível, se foi com o dinheiro dos contribuintes, utilizado pelo Estado, que os bancos, à beira da falência, se salvaram? Para agora voltar a conceder emolumentos e prémios milionários aos seus quadros, responsáveis, em grande parte, que continuam impunes, apesar das especulações passadas?...

O Presidente quer reduzir o tamanho dos bancos e dividi-los em duas categorias: os bancos comerciais, que aceitam depósitos (ficam impedidos de fazer especulações) e os bancos de investimentos que podem fazer negócios, mas não aceitam depósitos dos cidadãos comuns. É uma medida salutar, que foi bem aceite na Europa e por reputados economistas, mas lançou uma grande turbulência nas bolsas americanas e europeias. Obama, como prometeu, pôs-se manifestamente ao lado das vítimas desagradando aos especuladores. É uma posição de inteligência e de que tirará, seguramente, dividendos, a um ano das eleições intercalares, que irão ocorrer praticamente a meio do seu primeiro mandato e que para os Presidentes americanos são sempre bastante delicadas.

O FMI aconselha o Governo português.

O FMI, desta vez, pela boca de Dominique Strauss-Kahn, francês, socialista, indicado por Sarkozy, para presidente dessa organização financeira internacional, resolveu aconselhar o Governo de Sócrates a reduzir o deficit, a aumentar o IVA, a reduzir os salários e a fazer novas privatizações. Não tem autoridade para o fazer, uma vez que não previu a crise global, mesmo quando estava bem à vista e é responsável por muitas desgraças do passado, em tantos países.

No mesmo sentido, aliás, que umas empresas de ranking – privadas e talvez dependentes de multinacionais – distribuíram idênticos conselhos, ou seja, as “receitas do costume”, quando a ideologia neo-liberal estava em moda e o mercado, sem regras nem qualquer controlo, com a sua mão invisível, era o Deus ex-máquina da Economia...

Contudo, omitiu a questão relativa ao desemprego, ao endividamento das famílias, à pobreza crescente, às desigualdades sociais, questões prioritárias para resolver a crise, sem o que não haverá coesão social, nem retoma da economia real. Porquê? Porque sem essas condições, não há paz social, a criminalidade sobe, o descontentamento gera revoltas, dado que um trabalho digno é o único factor sério de estabilidade política e social.

Os que recomendam a redução dos salários, esquecem, curiosamente, os lucros milionários que os bancos voltaram a ter e os vencimentos extraordinários dos respectivos gestores. Isso, para eles, não tem qualquer importância. Nem tão pouco a impunidade dos responsáveis da crise, que atirou para o desemprego milhões de seres humanos, em todos os Continentes, e continuam a viver como nababos à custa da miséria alheia. Sem que ninguém lhes toque...

Em Portugal parece tudo parado aguardando o Orçamento.

Esperemos que passe na Assembleia da República. É o elementar bom senso que o aconselha. Os Partidos da Esquerda radical aceitaram continuar de fora do jogo político, como se temessem aproximar-se do poder, limitando-se a ser forças de mero protesto. Um erro que, julgo, lhes será eleitoralmente inconveniente. Enquanto os Partidos da Direita – apesar da confusão que reina no PSD, com as lutas insanáveis dos clãs, pelo poder – revelam um maior sentido de responsabilidade, preparando-se para viabilizar o Orçamento.

Mas qual Orçamento? Ninguém sabe ao certo, julgo eu. O PSD quer a redução do deficit externo – que vai necessariamente aumentar – e menos despesa pública do Estado, talvez com algumas novas privatizações. E, sobretudo, não quer o TGV, de que foi, aliás, entusiasta no tempo de Durão Barroso.

O CDS/PP quer discutir alguns detalhes – sobre os auxílios à lavoura, por exemplo, os subsídios ao pequeno comércio e às empresas – que foram alguns dos seus cavalos de batalha durante as eleições.

E o PS, partido do Governo? Arbitra. Visto que tem a legitimidade de ter ganho as eleições, embora sem maioria absoluta. Um quebra-cabeças... Mas para além das dificuldades de diálogos difíceis, está sujeito a um dilema, que não é fácil de resolver, como sucede também a alguns países europeus mais desenvolvidos do que Portugal. Qual é esse dilema? Como conciliar a redução do deficit

e da despesa pública, que a União Europeia exige, embora não no imediato, com a absoluta necessidade de reduzir o desemprego, criando novos postos de trabalho, diminuir as desigualdades sociais, o trabalho precário e a pobreza, como condições sine qua non para assegurar a estabilidade social e política e vencer, a prazo, a crise? É muito difícil. Mas não há outro caminho...

Confesso que não gostaria nada de estar na posição de Sócrates nem na do Ministro das Finanças. Por isso, e com plena consciência das dificuldades que enfrentam, os procuro, modestamente, apoiar, pensando que o País consciente e que pensa fará o mesmo. É, de momento, a única posição responsável e patriótica.